

## **A história política e seus limites: problematização a respeito de uma dependência do político em relação ao econômico por meio das relações diplomáticas entre o Brasil e o México nos anos 1930**

Willian dos Santos Martins<sup>1</sup> (UNESP - FCL de Assis)

O objetivo deste estudo é problematizar pressupostos que determinam a dependência da história política em relação à história econômica. Para tal, observam-se as relações diplomáticas entre o Brasil e o México nos anos 1930, ressaltando dois aspectos: o intercâmbio comercial melhorou substancialmente no período, ao passo que, no âmbito político, houve tensões que precipitaram o afastamento de ambos os países. Afirma-se, assim, que política e economia constituem dois espectros distintos e autônomos, congruentes, mas independentes.

Segundo Marieta de Moraes Ferreira, a história política desfrutou de enorme prestígio durante o século XIX. Esta posição, no entanto, foi abalada pelo espírito inovador dos *Annales*, que questionou seus métodos. Houve uma série de críticas a estudos baseados em política e, aos poucos, ela se tornou desprestigiada, pois foi considerada ineficaz para explicar uma série de problemas da realidade social, principalmente porque se restringia ao episódico, ao particular e ao nacional. Existia, também, um interesse descritivo pela ação do Estado que excluía diversos atores sociais de suas análises, além de haver uma dedicação exagerada às circunstâncias superficiais que privilegiava os eventos e demais aspectos da curta duração. Os processos de longa duração – as estruturas oriundas das grandes pulsações econômicas – não faziam parte de sua abordagem, portanto, a história política foi considerada ultrapassada. A partir dos contatos entre o marxismo e os *Annales* surgiram proposições que afirmavam a superioridade dos estudos que tomavam como objeto a economia e a sociedade, e a política foi apontada como uma mera decorrência da ação de estruturas econômicas:

Foi nos anos 60, quando o marxismo conheceu uma grande expansão na França, e se aprofundaram os contatos entre esta doutrina e os *Annales* que a dimensão política dos fatos sociais foi especialmente marginalizada. Esta postura deveu-se essencialmente à formulação de inúmeras críticas ao papel do Estado, visto como mero instrumento da classe dominante, sem nenhuma margem de autonomia. O político passava a ser

um reflexo das injunções econômicas, destituído de dinâmica própria. (FERREIRA, 1992, p. 265-266)

Contudo, a dimensão política dos fatos sociais ganhou novos espaços. Segundo o historiador René Remond ocorreu o “renascimento da história política” por meio do intercâmbio com a ciência política. Novos objetos de estudo surgiram e pesquisas sobre processos eleitorais, opinião pública, mídia e relações internacionais se expandiram. (FERREIRA, 1992, p. 267)

De acordo com Ciro F. Cardoso este renascimento da história política ganhou fôlego a partir dos anos 1970, surgindo como uma opção respeitável até mesmo para os *annalistes*. Estudiosos notaram o impacto da política sobre aspectos que, até então, foram deixados à deriva de forças espontâneas, como a economia, a demografia ou a questão ambiental. Como resposta às críticas de Braudel, e justificando o *aggiornamento*<sup>2</sup> da história política, determinou-se que acontecimentos e fatos podiam produzir mentalidades duradouras, ou seja, a curta duração poderia gerar longas durações, como demonstra o estudo sobre os camponeses, de Paul Bois<sup>3</sup>.

Dentro da perspectiva de renovação da história política, indo de encontro ao *aggiornamento* abordado por Ciro F. Cardoso, destacam-se estudos sobre as relações internacionais, como o de Pierre Milza, que ressaltam a importância da política interna de uma nação, afinal, é em torno desta que se desenvolvem as políticas externas para com outras nações. (MILZA, 1996, p. 370)

Ao observar as relações entre o Brasil e o México no período sugere-se a seguinte hipótese: uma análise de tais relações que levasse em conta apenas aspectos econômicos deixaria à margem muitas divergências e conflitos políticos, pois a intensificação e a expansão do intercâmbio comercial talvez escamoteie o conturbado período pelo qual as relações diplomáticas entre o Brasil e o México passaram nos anos 1930. Este estudo objetiva problematizar a visão disseminada por alguns historiadores que concebem o político apenas como uma consequência do econômico. Também objetiva se adequar à perspectiva de renovação da história política ao tomar como objeto de estudo as relações diplomáticas entre Brasil e México, observando como as políticas internas de cada país afetaram o seu contato. Para cumprir seus intentos, no entanto, faz-se necessária uma análise mais

detalhada da história diplomática entre as duas nações nos anos 1930, bem como uma observação mais apurada de suas relações comerciais, evidenciando a independência entre estas duas áreas.

De acordo com Regina Aída Crespo, pesquisadora vinculada ao Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, a história das relações diplomáticas entre Brasil e México se divide em dois momentos: primeiro, entre 1822 e 1922, quando os governos intercambiaram enviados apenas como encarregados de negócios; segundo, a partir de 1922, quando se optou pelo estabelecimento de embaixadas, o que denotou uma maior aproximação política, econômica e cultural.

Conforme indica o historiador Alberto Enríquez Perea, Alfonso Reyes, embaixador plenipotenciário do México no Brasil, chegou a maio de 1930, alguns meses antes da Revolução de outubro ganhar as ruas. Reyes observou a expansão do comunismo no Brasil, sobretudo nos núcleos industriais da cidade de São Paulo. O novo embaixador desenvolveu uma diversificada agenda, difundindo a cultura mexicana enquanto dialogava com intelectuais e escritores brasileiros. De fato, Alfonso Reyes empreendeu uma campanha a fim de criar um espaço para o México dentro do debate político e cultural brasileiro. Prevaleceu em Reyes uma constante comparação entre as realidades brasileira e mexicana, um binômio que se postava de várias maneiras antagônicas: as forças da natureza e a ação da cultura, o desfrute e o trabalho, o êxtase e a reflexão crítica, a geografia e a história. Reyes se relacionou com indivíduos afeiçoados aos mais diversos matizes ideológicos, buscando fugir de polêmicas que pudessem causar tensões diplomáticas. Em seu ponto de vista, ainda que os rumos da Revolução de 1930 se tornassem nebulosos com o passar dos anos, surgiu no Brasil um cidadão consciente, interessado em sua vida política e influenciado por uma tendência revolucionária que se irradiava pela América-Latina. Reyes percebeu que paulatinamente o governo Vargas sinalizou a promoção de uma ditadura, no entanto, destacou constantemente que a Revolução era legítima e que o povo a desejava.

De acordo com o historiador Guillermo Palacios, os mexicanos esperavam que este Brasil, que sofria os efeitos da “revolução”, compreendesse melhor a situação que se iniciou em seu território nos anos 1910. O cônsul mexicano no Rio

de Janeiro suspeitava que João Baptista Luzardo, chefe de polícia de Vargas e um dos fundadores da Legião de Outubro, grupo que reunia o círculo íntimo de Getúlio, havia se inspirado no funcionamento e nos estatutos do Partido Nacional Revolucionário do México. Para Alfonso Reyes, este interesse demonstrava a intenção de se criar no Brasil um organismo semelhante ao PNR, capaz de consolidar a obra da Revolução de outubro, além de assinalar aproximação entre as duas nações<sup>4</sup>.

A mudança de regime deflagrada por Vargas instigou os mexicanos a aprofundarem suas relações diplomáticas com o Brasil. Criou-se, nos anos 1930, uma rede de consulados que abrangia o território brasileiro quase que completamente, a fim de revitalizar alguns outros consulados fundados anteriormente, no ano de 1909, que, de certa maneira, encontravam-se obsoletos. Havia também uma empresa de notícias que distribuía propaganda sobre o México no Brasil<sup>5</sup> e as relações diplomáticas entre as nações pareciam adentrar novos e otimistas tempos. (PALACIOS, 2008, p. 246-247)

A posse do general Lázaro Cárdenas, em 1934, proporcionou a esperança de que as boas relações com o Brasil seriam mantidas, pois o novo presidente foi caracterizado como um homem digno e reto, diferentemente de outros políticos mexicanos do período, identificados constantemente com a corrupção e o oportunismo. Foi prognosticado, também, que o rompimento entre Cárdenas e Plutarco Elías Calles<sup>6</sup> era apenas uma questão de tempo, e que, tão logo se consumasse o golpe derradeiro sobre o Maximato, seria reformulado o gabinete mexicano a fim de erradicar as figuras do callismo. Cárdenas também projetava no Brasil boas expectativas e, a princípio, manteve ótimas relações com Abelardo Roças, embaixador do Brasil no México entre 1931 e 1939, que compreendia as diferenças oriundas de experiências históricas distintas entre as duas nações. Segundo Roças, “O Brasil, que é um país profundamente conservador, e cuja mentalidade está constituída ao mesmo tempo de razão e de doçura, não poderá jamais compreender a torturada psicologia asteca”. (Apud. PALACIOS, 2008, p. 275)

Nos primeiros meses do governo Cárdenas, o presidente Vargas concedeu diplomas e medalhas ao ex-presidente mexicano, Abelardo L. Rodríguez, e ao ex-

ministro de Relações Exteriores, Puig Casauranc, gesto retribuído pelos mexicanos que entregaram a Ordem da Águia Asteca a Getúlio. Estas manifestações só encontram paralelo em distantes tempos, durante as relações mantidas entre o Império brasileiro e o governo efêmero de Maximiliano de Habsburgo, no México. Criou-se, nesse momento, a ideia de semelhança entre os governos do México e do Brasil, pois ambos se orientavam à resolução da “questão social”. (PALACIOS, 2008, p. 276-278)

O aniversário de Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1935, exemplifica o bom momento pelo qual passavam as relações entre as duas nações. Segundo Abelardo Roças, a comemoração deu lugar a excepcionais demonstrações de simpatia e amizade entre Brasil e México:

O aniversário de nossa Independência deu lugar a excepcionais manifestações de simpatia e amizade do México pelo Brasil. Não há exemplo aqui de homenagens análogas às que, por esse motivo, foram prestadas a nosso país [...]. Várias e altamente significativas manifestações comemorativas do 7 de setembro tiveram lugar nesta capital, destacando-se por sua importância a do exército, realizada no Palácio de Belas Artes, que é o teatro mais belo e rico da América [...]. O teatro estava lotado, permanecendo um numeroso público para fora por falta de espaço. Uma grande força do exército, postada na praça, em frente do teatro, prestou-me honras militares. Foi-me entregue, nessa ocasião, um pergaminho com as seguintes palavras: “O exército mexicano ao povo do Brasil, por motivo da celebração do 113 aniversário de sua Independência, e como recordação da estada dos cadetes do Colégio Militar nessa república irmã. (PALACIOS, 2008, p. 278)

Em relação ao âmbito econômico, viviam-se, também, os melhores anos do intercâmbio, com destaque para a assinatura, em 7 de dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, do primeiro convênio comercial entre os dois países. O compromisso firmado inaugurou um momento de prosperidade econômica entre as duas nações e, ao final dos anos 1930, o Brasil se tornou o principal mercado para o México na América do Sul, superando a tradicional Argentina, que até então ocupara tal posto. No período de dez anos, compreendido entre 1929 e 1939, as exportações brasileiras para o México também evoluíram, aumentando seu fluxo em mais de vinte e oito vezes. (PALACIOS, 2008, p. 308-309)

A tabela a seguir demonstra a evolução das trocas comerciais que envolveram Brasil e México nos anos 1930:

**Tabela I**  
**Intercâmbio Comercial México-Brasil, 1929-1939**  
**(milhares de pesos)**

Ano	Importações	Exportações
1929	18.552	4.168.468
1935	22.435	10.792.296
1936	53.924	5.056.878
1937	93.107	6.946.679
1938	101.477	1.220.163
1939	520.148	2.827.184

Fonte: *Comercio Exterior de México, 1938-1939*, México, Banco Nacional de Comercio Exterior, 1940, p. 172. Apud PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações*. São Paulo, Edusp, 2008.

A partir de 1935, quando as estatísticas de comércio exterior passaram a ser contínuas, pode-se observar a crescente importância das relações comerciais entre os dois países. Destaca-se a discrepância de valores dessas trocas, pois o Brasil se afirmou como um mercado imprescindível para o México, enquanto o México se mostrou um mercado em expansão para o Brasil, embora com cifras numéricas muito mais modestas. A maior parte das importações brasileiras se relacionava a PEMEX (Petróleos mexicanos), além de seus derivados. Justamente por este motivo seu volume caiu drasticamente em 1938, como consequência direta da crise do petróleo no México e do boicote forçado por Estados Unidos e Inglaterra, países mais afetados pela expropriação desferida por Lázaro Cárdenas. Para forçar o presidente mexicano ao recuo, Washington pressionou as nações latino-americanas, tanto diplomática quanto economicamente. Os norte-americanos estenderam o boicote à prata, produto importante para a manutenção de uma balança comercial favorável no México, e esperavam que a América Latina apoiasse a política de boa vizinhança proposta por Franklin D. Roosevelt. Foram anos difíceis para a PEMEX, todavia, a demanda interna estava em rápido crescimento e, de certa forma, amenizou os efeitos da crise. (CAMÍN; MEYER, 2000, p. 206-207)

Entre 1935 e 1937, de acordo com a tabela, exibem-se os resultados mais significativos das trocas comerciais envolvendo Brasil e México, demonstrando a força e pujança de suas relações econômicas. Tais números, de certa forma, contrastam com as relações políticas dos dois países que, também entre os anos de 1935 e 1937, sofreram os seus maiores abalos. Aos poucos, viu-se arruinada a antiga filosofia de apoio e compreensão mútua que um dia caracterizou o intercâmbio entre ambos. Este contraste constitui apenas uma maneira de evidenciar que o político pode ser independente do econômico, ressaltando sua autonomia e justificando a importância de estudos que tomem as relações políticas como objeto. Levando-se em consideração somente os números do intercâmbio comercial entre os dois países nos anos 1930 não se perceberiam os vários momentos de conflito e tensão pelos quais passaram suas relações diplomáticas.

A postura do Itamaraty em relação ao governo Cárdenas, sobretudo a partir de 1935, tornou-se gradativamente crítica, como decorrência de divergências no plano ideológico. Nas palavras de Ignacio García Téllez, secretário de educação do México, a educação era o meio pelo qual se preparava “a ditadura do proletariado”. Os representantes brasileiros, muitos deles inspirados pela histeria anticomunista do período, tornaram-se cada vez mais ácidos em suas apreciações, e surgiu no Itamaraty uma nostalgia pelos tempos em que o general Plutarco E. Calles mandava e desmandava em seu país. A ausência de Roças, por motivo de licença, coincidiu com um período bastante tenso entre os governos do México e do Brasil, reflexo das irrupções de movimentos comunistas em ambos os países, bem como pela repressão sofrida pelo Partido Comunista Brasileiro e seu movimento de cunho popular, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). O rompimento entre Cárdenas e Calles possibilitou a maior participação da esquerda no aparato do Estado e os enviados brasileiros sempre atentavam para o fato de que a “escalada comunista” era estimulada pelo poder executivo mexicano<sup>7</sup>. Paralelamente, no Brasil o movimento comunista se irradiou e a figura de Luís Carlos Prestes conquistou enorme prestígio. (PALACIOS, 2008, p. 278-279)

O PCB/ANL, seguindo instruções do Komintern, lançou-se à luta no episódio denominado Intentona Comunista, em 1935. Para a história das relações diplomáticas entre Brasil e México este é um evento marcante, pois a posterior

represália contra os setores da esquerda brasileira coincidiu com um sem número de manifestações de apoio aos revoltosos, oriundas do México. No Brasil, a paranoia anticomunista ganhou fôlego, bem como o crescimento de uma direita inspirada pelo fascismo. No México, a repercussão de tais eventos foi bastante ampla e, em janeiro de 1936, alguns dos principais jornais da capital, como o Diário de México, transmitiram informações geradas no Rio de Janeiro, anunciando que numerosos militantes comunistas brasileiros buscariam asilo no país. A situação política interna do Brasil se converteu em assunto de interesse da política nacional mexicana quando Eduardo Hay, secretário das Relações Exteriores do México, declarou que o território de seu país não consistiria em asilo para comunistas oriundos do Brasil. O substituto de Abelardo Roças, Carlos Alves de Souza, que era um anticomunista irado, expressou-se satisfeito às palavras de Hay, já que estas defendiam a “civilização cristã” contra os “apóstolos de Moscou”. Em correspondência ao ministro de Relações Exteriores do Brasil, José Carlos de Macedo Soares, Alves de Souza afirmou se surpreender gratamente com a atitude do governo do México, pois vários ministros mexicanos e o próprio presidente da república se diziam “socialistas avançados”. (PALACIOS, 2008, p. 280-281)

A repressão que o governo Vargas desferiu contra os comunistas atraiu numerosas cartas e telegramas à Embaixada brasileira no México. A prisão de Prestes, em março de 1936, aumentou a indignação da esquerda mexicana a um nível sem precedentes. Já em 26 de março de 1936 um grupo de intelectuais, dentre os quais se incluía Vicente Lombardo Toledano, secretário geral da Confederação de Trabalhadores do México e cardenista fervoroso, enviou ao embaixador Alfonso Reyes carta dirigida ao presidente Vargas, externando seu temor pela vida de Prestes e protestando contra sua prisão<sup>8</sup>. Representantes brasileiros pediram retratação oficial em virtude de constarem no documento assinaturas de funcionários de alto gabarito do poder executivo mexicano, bem como de intelectuais e funcionários de seu corpo diplomático. Porém, as manifestações não cessaram, ganhando, inclusive, o apoio popular, quando sindicatos e organizações da esquerda mexicana passaram a protestar barulhentosamente diante da Embaixada do Brasil na Cidade do México<sup>9</sup>. Em junho de 1936, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação enviou uma

carta de protesto contra a prisão de Prestes. De acordo com a CNTE imperava sobre o Brasil um regime de terror que cerceava as liberdades<sup>10</sup>.

Ainda em junho outro evento inquietou as relações diplomáticas entre o Brasil e o México. Vicente L. Toledano pretendia visitar diversas nações latino-americanas a fim de reunir os trabalhadores rurais em um sindicato internacional agrícola. Temia-se, no Brasil, que os grupos camponeses tomassem contato com organizações político-sindicais, tal como ocorria com o operariado industrial. A posição do encarregado de negócios brasileiro era delicada, pois este pretendia manter distantes “conhecidos agitadores”, porém, negar a entrada a Toledano criaria um enorme desconforto para com o governo brasileiro. (PALACIOS, 2008, p. 285-286)

A simpatia brasileira em relação a regimes de caráter pró-fascista era outro ponto de afastamento entre o Brasil e o México. Macedo Soares demonstrou muitas vezes seu apreço às relações com países que, mais tarde, comporiam o Eixo. Constantemente o governo Vargas era classificado como aquele que manobrava “entre duas águas”, apoiando tanto a Itália e a Alemanha quanto os Estados Unidos. (CERVO; BUENO, 1992, p. 177)

Reyes, já quase ao final de sua estada como embaixador, acompanhou a polarização política que se estendia a todos os cantos da vida pública brasileira, que culminou na instauração do Estado Novo, em novembro de 1937. As dúvidas sobre as eleições e a decretação do estado de sítio se apoiavam na histeria perante o comunismo. Foi neste contexto que José Rubén Romero assumiu a representação mexicana, em setembro de 1937. Tão logo tenha assumido o posto, o novo embaixador do México no Brasil fez uma leitura acertada do momento político pelo qual passava o país: Vargas criava ameaças à ordem constituída a fim de justificar um golpe. Romero, quando comparado a Reyes, teve atuação muito menos imparcial na condução das relações diplomáticas, envolvendo-se numa série de questões polêmicas e atraindo a antipatia das autoridades brasileiras. (PALACIOS, 2008, p. 295)

Após a instauração do Estado Novo, a chancelaria mexicana, com base nos princípios da Doutrina Estrada, que determinava o reconhecimento automático de regimes constituídos, orientou José Rubén Romero a dar continuidade às relações

com o Brasil sem maiores mudanças. O embaixador seguiu as recomendações, a princípio, mas as divergências não tardaram a surgir e, passados alguns meses, Abelardo Roças recebeu do Itamaraty uma nota que lhe advertia sobre a postura de Romero, considerada intransigente e de apoio à esquerda. O governo brasileiro repudiava tal ato, pois se colocara em luta contra a expansão do comunismo. (PALACIOS, 2008, p. 296-297)

José Rubén Romero entendia que o Brasil colocava à disposição das outras nações latino-americanas seu regime autoritário e corporativista como alternativa ao modelo mexicano. Os representantes do Estado Novo, contudo, afirmavam que o governo mexicano, com sua administração influenciada por elementos comunistas, anticlericais, ofensivos à propriedade privada e à família, retardava o progresso latino-americano:

Em certo sentido, na perspectiva do embaixador, esse confronto de formas institucionais de governo e orientações ideológicas que opunha agora o Brasil e o México, o Estado Novo e a Revolução Mexicana, reproduzia no âmbito continental a luta que se dava internamente em vários países latino-americanos – sobretudo no Brasil de 1937 – entre esquerda e direita, ao mesmo tempo em que encenava uma espécie de paródia do embate mundial entre os dois extremos do espectro político, apadrinhados respectivamente pela Rússia soviética e pelos países do Eixo fascista. (PALACIOS, 2008, p. 301)

Conforme avançou a década de 1930, observou-se a decadência do bom relacionamento político e diplomático entre Brasil e México, como demonstraram as crises em torno da prisão de Luís Carlos Prestes ou da visita que Lombardo Toledano planejara realizar aos países latino-americanos, ambas em 1936. O otimismo que as autoridades brasileiras nutriam em relação a Lázaro Cárdenas quando este assumiu a presidência mexicana deu lugar, paulatinamente, a aversão que se fortalecera no bojo do Estado varguista para com o socialismo. O ponto de vista dos herdeiros da revolução mexicana também se alterou, afinal, Getúlio Vargas, antes percebido como aquele que captou o desejo das massas ávidas por mudanças, passou a representar, sobretudo após a instauração do Estado Novo, a figura do oportuno golpista, que disponibilizava seu regime autoritário e ilegítimo como alternativa a outros países. Contudo, apesar de todas as divergências

ideológicas existentes, a relação econômica entre Brasil e México no período analisado progrediu, demarcando, uma vez mais, a autonomia entre o político e o econômico.

Após a saída de Romero da Embaixada mexicana, em janeiro de 1938, iniciou-se um período em que o México esteve representado no Brasil apenas pelo cargo de encarregado de negócios. Talvez em decorrência das tensões observadas não interessasse, ao menos de imediato, a manutenção de relações mais próximas entre os dois países. (PALACIOS, 2008, p. 305)

---

<sup>1</sup> Aluno do programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, vinculado à linha de pesquisa “Política: ações e representações”, em nível de Mestrado. Projeto de pesquisa intitulado “A imprensa brasileira e a política cardenista (1934-1940)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>2</sup> De acordo com Ciro F. Cardoso houve o *aggiornamento* (atualização) da história política. Neste movimento se inserem os esforços de Jacques Julliard, Pierre Nora e René Rêmond. CARDOSO, Ciro F. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 37-54.

<sup>3</sup> Segundo Emmanuel Le Roy Ladurie, o livro de Paul Bois sobre os camponeses do oeste da França demonstrou como acontecimentos ou eventos podem produzir estruturas de longa duração. O acontecimento seria a repressão que os *chouans* desferiram sobre a Revolução Francesa. Como consequência, produziu-se a estrutura que sustenta a posição de direita dos camponeses ocidentais, afinal estes se desiludiram com a venda das terras nacionalizadas feita pelos revolucionários, pois tal fato lhes retirou uma série de benefícios. Percebe-se assim que a relação entre acontecimento e estrutura é bidirecional, ou seja, fatos podem produzir longas durações e vice-versa. CARDOSO, Ciro F. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 43.

<sup>4</sup> Reyes a Relações, nota reservada, Rio de Janeiro, 30 de março de 1931, AHGE, exp. 41-7-24. Apud PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 245.

<sup>5</sup> Reyes a Relações, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1934, exp. 34-7-5-(III). O nome da agência era B.I.E. Apud PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 246.

<sup>6</sup> Plutarco E. Calles foi presidente do México entre 1924 e 1928, tendo sido também o fundador do Partido Nacional Revolucionário (PNR). Ficou conhecido como “Chefe Máximo” da revolução devido à influência política que exerceu sobre seus sucessores (Emilio Portes Gil, Pascual Ortiz Rubio e Abelardo Luján Rodríguez) entre 1928 e 1934. Vários estudiosos denominam este período da história mexicana como Maximato. CAMÍN, Héctor A; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana - História mexicana contemporânea (1910-1989)*. São Paulo, Edusp, 2000, p. 124-132.

<sup>7</sup> Com o fim do Maximato, a instituição central do sistema político mexicano, a presidência, assumiu plenamente seu papel diretor. Lázaro Cárdenas eliminou os callistas irredutíveis do PNR, substituindo-os por homens de sua confiança, geralmente vinculados às doutrinas marxistas. CAMÍN, Héctor A; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana - História mexicana contemporânea (1910-1989)*. São Paulo, Edusp, 2000, p. 173-174.

<sup>8</sup> A carta foi assinada por Díaz de León, Luís Enrique Erro, Victor Manuel Villaseñor, Roberto López, Daniel Cosío Villegas, Ernesto Martínez de Alba, Eduardo Villaseñor, Vicente Lombardo Toledano, Francisco Zamora, Agustín Yáñez, Mario de la Cueva, Anna María Reyna, Luis Sánchez Pontón, Alejandro Carrillo, Manuel Mesa, Pacual Gutiérrez Roldán, Federico Bach, Miguel Sánchez de Tagle, Antônio Castro Leal, Xavier Icaza, Jesús Silva Herzog, Luis Fernández del Campo, Dámaso García

---

Joaquín, Ernesto Martínez Báez e Rafael Ramos Pedrueza. Disponível em: PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 282.

<sup>9</sup> Alves de Souza a Macedo de Soares, México, 2 de abril de 1936, AHI-MRE, exp. 32-2-4, México, ofícios, 1935-1936. Apud PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 283.

<sup>10</sup> A carta enviada pela CNTE anunciou que os mais de trinta mil professores das escolas primárias, distribuídas por todo o território mexicano, receberiam a tarefa de informar às milhares de crianças sob sua tutela acerca do regime de terror em que se vivia no Brasil. Alves de Souza a Macedo Soares, México, 20 de junho de 1936, AHI-MRF, exp. 32-2-4, México, ofícios, 1935-1936. Apud PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações*. São Paulo, Edusp, 2008, p. 285.

### Referências bibliográficas

CAMÍN, Héctor A; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana - História mexicana contemporânea (1910-1989)*. São Paulo, Edusp, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 37-54, 2012.

CERVO, Amado L; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Ática, 1992.

CRESPO, Regina Aída. *Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)*. Revista Brasileira de História, vol. 23, n°45, São Paulo, 2003.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá - Teoria das Relações Internacionais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2000.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 - Historiografia e História*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações - México e Brasil (1822-1992)*. São Paulo, Edusp, 2008.

---

PECEQUILO, Cristina S. *Introdução às relações internacionais*. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

PEREA, Alberto E. *Alfonso Reyes en los Albores del Estado Nuevo Brasileño (1930-1936)*. Ciudad de México, El Colegio Nacional, 2009.